

O Governo Militar encarado como órgão civilizador

Pelo Major General ALLEN W. GULLION

Extraído do COAST ARTILLERY JOURNAL, pelo Major NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

— Definição

Chama-se *governo militar*, ao Orgão que um beligerante estabelece e mantém pela força das armas sôbre o território ocupado ao inimigo e sôbre todos os habitantes desse território. A ocupação militar do território conquistado suspende o exercício de todo o governo inimigo que nêle se exercia, tanto civil como militar. Surge, assim, para o exército ocupante, a necessidade de desempenhar as funções de governo civil, quer para a proteção de seus interesses militares, quer para a manutenção da ordem pública. Essa dupla necessidade é satisfeita, então, pelo governo militar

— Objetivos

O govêrno tem *dois objetivos*: primeiro, facilitar o desenvolvimento da guerra até seu êxito final; em seguida e inteiramente subordinado à primeira consideração, o de melhorar o bem estar do povo do território ocupado.

Em todos os tempos, vencendo a guerra ou tendo-a aparentemente ganho, conservar a vitória é o principal objetivo. A questão que precisa ser ventilada, com referência a cada uma das tarefas do governo militar, é assentar com precisão se as medidas a serem tomadas, virão prejudicar ou auxiliar esse objetivo.

A administração do govêrno militar, é subordinada a várias necessidades primordiais, envolvendo operações, segurança, abastecimentos, transportes e alojamento das tropas ocupantes. Se as hostilidades foram suspensas por um armistício ou outro ato qualquer, devem ser logo estabelecidos os planos e demais disposições, afim de que as tropas possam reiniciar as operações sob condições as mais favoráveis, para levar a guerra ao completo êxito. Para isso, o govêrno militar precisa ser enérgico, pois, qualquer fraqueza de sua parte, encoraja a população hostil a desobedecer às ordens e demais medidas tomadas para manter a segurança das tropas ocupantes.

Sujeito ao primeiro objetivo — vencer a guerra e conservar a vitória — o bem estar dos governados deve constituir sempre uma preocupação dos governantes. O chefe investido dessa função precisa ser justo, humano e generoso tanto quanto possível, baseando seus atos na consideração de que administrar é ser guiado pelos princípios de justiça, honra e humanidade, virtudes essas que adornam mais o militar do que nenhum outro homem, pois, êle possui o poder de suas armas sobre os que estão despojados da força. A ocupação militar, guiada pela aspereza, injustiça ou opressão, gera ressentimentos contra o poder ocupante e faz nascer os germens de uma guerra futura, ao contrário de um tratamento justo, que transforma inimigos em amigos.

— Exercício do governo Militar

O exercício do govêrno militar abrange o conjunto de responsabilidades legislativas, judiciárias e executivas de que pode ser investido um chefe no comando de um teatro de operações. Para isso, o comandante geral do teatro de operações é, *ipso facto*, o governador militar do território ocupado. Sua autoridade é suprema, limitada apenas pelas leis e costumes da guerra e demais instruções recebidas da autoridade superior de que depende. Não é difícil perceber que o comando e o govêrno civil se confundam numa única entidade — o comandante geral do teatro de operações. Isso tem por fim evitar as operações militares sofram as conseqüências da divisão de autoridade, na zona de batalha, entre o chefe militar e a direção dos negócios civis. Conquanto se procure apontar, às vezes, a possibilidade de cooperação recíproca dessas funções em outros setores, tal cooperação não tem lugar no teatro de operações militares, propriamente dito. Aí, as funções de um e de outro são puramente militares. Aqueles que auxiliam o funcionamento do govêrno, assim como o povo governado, devem corresponder sem delongas aos desejos manifestados pelo General Comandante.

Só assim é possível manter a idéia de que a vitória deve vir antes de tudo, e que devem ser orientados todos os planos de operações no sentido de obtê-la, donde é forçoso concluir, que o govêrno de uma zona ocupada seja atribuída, logo após a vitória, ao chefe que planejou e conduziu as operações.

O comandante geral do teatro de operações é ajudado, na sua função de governador militar, por um órgão chamado "Secção dos Negócios Cívics", órgão esse chefiado por um oficial designado sob o título de "Oficial Encarregado dos Negócios Cívics". Adiante mostraremos como se processa o treinamento dos oficiais destinados ao exercício dessa função.

O essencial não reside em não lançar o poder militar contra o govêrno civil. Desculpem-me os leitores, se repitô esta afirmativa até

chegar ao ponto de aborrecê-los. Seja como fôr, é preciso que o comando geral de uma zona de operações tenha, tanto quanto possível, o contrôlo de todos os elementos que entram no cálculo de suas decisões. Como se sabe, a administração dos encargos civis é um elemento vital. Desordens civis, ou desobediências, disturbios provocados pela fome, resistência passiva, lutas raciais entre a população civil, especulações, sabotagem ou boatos falsos, podem, em qualquer momento, desarticular o movimento das tropas e abastecimentos, ou, prejudicar a marcha prevista das operações militares. Esta é a razão pela qual todos os exércitos modernos, inclusive os americanos do norte, dão suma importância aos órgãos encarregados dos negócios civis e os olham como uma parte integrante e essencial dos Serviços. Um corpo civil e uma polícia de ocupação bem treinados, aliviam as forças de combate dos encargos civis, permitindo-lhes dedicar inteiramente sua atenção aos assuntos de guerra.

— Origens do governo militar

O governo militar não é nenhuma novidade, nem muito menos, peculiaridade dos nazi-facistas, como muitos pensam. Há muitas centenas de anos, todos os exércitos vitoriosos o empregaram nos territórios conquistados. Os americanos não fazem excessão a isso, pois tiveram governo militar em Flórida e Luiziana, durante as guerras que aí se desenrolaram. Governos militares também foram estabelecidos pelos Estados Unidos no México, Cuba, Porto Rico, Panamá, China e Filipinas. O último de que temos notícia, foi estabelecido na Renânia, após o armistício da passada primeira Guerra Mundial.

Apesar de todo o critério e cuidado postos em prática nesses operações, todos os governos militares estabelecidos pelo Exército Americano têm sido acusados de imperialistas e contrários ao gênio liberal das Américas. Quando o General Winfiel Scott erigiu seu firme e justo governo militar no México, o ato chocou o Secretário da Guerra, William L. Marcy, homem que normalmente se conduzia com calma e habilidade, dando margem a que seus adversários transformassem o caso numa questão política, durante a campanha eleitoral.

No entanto, Justin Smith e outras autoridades defenderam a ação do General Scott.

— Fases do governo militar

O governo militar é dividido, geralmente, em duas fases. Há a fase em que o Exército permanece temporariamente com o contrôlo da situação. Essa fase é depois substituída por outra, em que um governo civil toma as rédeas do poder e, depois da qual, a zona é comumente devolvida à nação derrotada, observados os termos do tratado de paz. Quando o inimigo é derrotado e seu território invadido

pelo exército vitorioso, o espetáculo que se oferece é caótico: cidades abandonadas, casas destruídas, indústria e comércio paralizados, suprimentos inexistentes, fome e peste iminentes. O governo local acha-se refugiado ou já perdeu todo seu poder. Enquanto prevalecer tal situação, resultante, em tempo de paz, de um terremoto ou outro desastre qualquer e, em tempo de guerra, da expulsão do inimigo, a lei marcial, que não é outra coisa senão o governo militar doméstico, tem de ser adotada. Diante de tais circunstâncias, cabe ao exército assumir o controle de tudo, para restaurar a ordem e a estabilidade. Esta solução impõe-se, porque a população civil do território ocupado pode entregar-se à anarquia.

Porém, se apenas se trata de uma crise econômica ou de uma dificuldade passageira, o governo civil pode, não há dúvida, satisfazer. Mas, acima de tudo isso, as linhas de comunicações do exército precisam ser garantidas e a situação militar deve ser mantida. As forças do exército derrotado podem achar-se numa região próxima, preparando o reinício da luta. A população civil pode estar planejando a prática de toda a sorte de sabotagens, ou, estar esperando uma oportunidade para auxiliar as forças derrotadas que nas proximidades se preparam.

As necessidades militares exigem, que o exército vencedor tenha todo o controle. Esse controle é o que se chama de *governo militar*.

E' um desses incidentes impostos pela própria guerra, completamente sancionados pelo direito internacional e do qual nenhum exército pode prescindir que aconteça.

Resumindo, seus propósitos visam, primeiramente, resguardar o exército e manter uma situação militar favorável e, em seguida, preservar a lei e a ordem entre a população civil. Além disso, existe a tarefa de restaurar a região e, ao mesmo tempo, prestar assistência médica, sanitária, etc., exigida por tal emergência.

Durante quanto tempo permanecerá esse estado? A menos que a tropa dê lugar ao aparecimento de um perigo, esse estado de coisas continuará tanto tempo quanto continuarem as necessidades militares. Nenhum domínio de força pode limitar seu tempo de duração.

No passado, principalmente nas Filipinas, após a guerra Hispano-Americana, os americanos pagaram bem caro, por concluírem prematuramente que as necessidades militares estavam terminadas. Conforme o Embaixador Grew afirmou ultimamente, a natureza traiçoeira dos atuais inimigos da América, torna muito importante uma solução adequada desse assunto. O Presidente, como Comandante-Chefe, terá de escolher a solução, baseando-se, certamente, nos casos particulares que, em tempo, surgirão em cada teatro de guerra.

Tão logo deixem de subsistir as necessidades militares, o exército

entrega as rédeas ao govêrno civil que, então, governará até que seja concluído o tratado de paz. Por exemplo, na passada Guerra Mundial, a ocupação da parte que nos coube da Renânia, por um govêrno militar, durou de dezembro de 1918 a janeiro de 1920, quando o exército entregou o govêrno da região à Alta Comissão Inter-Aliada, que exerceu sua autoridade até a entrega definitiva da área ocupada ao govêrno alemão. Mas, quando o exército abre mão de seu contrôlê temporário, os deveres a serem assumidos pelo órgão civil que o substitue, são em escala muito maior, e provavelmente, de duração bem mais longa. De fato, é precisamente nessa ocasião que a autoridade civil toma a seu cargo a árdua tarefa de socorrer os povos esmagados e despojados pela guerra, auxiliando-os a reconstruir seu mundo, ou, esperamos, um mundo melhor.

— Preparo de ocupação

O preparo da ocupação, quer seja para o contrôlê temporário do exército, quer para o regime mais permanente do órgão civil que o substitue, deve ser substancialmente o mesmo.

O dever da autoridade ocupante, seja militar, seja civil, é manter intactos, tanto quanto possível, as instituições locais, as leis e os costumes da região ocupada. O govêrno militar e o govêrno civil que o suceder, são aí colocados para manter as exigências militares e políticas da ocupação. Assim, a tarefa exige, para ser bem cumprida, um conhecimento perfeito das instituições, costumes, economia e psicologia da zona ocupada e ainda mais, noções de administração pública. Trata-se de um complexo mecanismo, exercido por um grande número de habéis profissionais. Dentre estes, destacam-se os seguintes elementos: engenheiros de diversas especialidades para restabelecimento das obras públicas e demais utilidades; sanitaristas para restaurar e proteger a saúde pública; órgãos de socorros urgentes para fornecer alimentação, vestuário e casas para os desabrigados. Além disso, é preciso reorganizar o regime tributário e econômico da região ocupada. Os especialistas para exercerem estas diversas missões devem ser instruídos sôbre o ambiente local das regiões particulares em que vão operar.

Está próximo o tempo em que as forças americanas terão de ocupar extensos e importantes territórios em longínquas e afastadas regiões. Quando esta ocasião chegar, êles deverão estar plenamente preparados para cumprir todas as tarefas de govêrno que hão de surgir para seus exércitos vitoriosos. Ao mesmo tempo, cumpre-lhe preparar os programas necessários para permitir da melhor maneira a transição do contrôlê temporário do govêrno militar, para o contrôlê mais permanente do govêrno civil.

— Creação da Escola de Governo Militar

O exército Americano estabeleceu na Universidade de Virginia, uma Escola de Governo Militar, onde está sendo preparado o pessoal da alta administração destinado a participar dos futuros governos militares, não como governantes, mas como assistentes administrativos dos governos a serem creados. Essa Escola possui autorização para admitir um corpo discente de 150 oficiais. Noventa e nove por cento dos matriculados receberão, primariamente, noções de tratamento civil. Eles são oriundos, na maior parte, da Guarda Nacional e do Corpo de Oficiais da Reserva. Sómente três pertencerão ao Exército Regular. Presume-se que quasi todos já possuam ampla experiência dos problemas administrativos.

Nessa escola, muito pouco tempo é destinado a ideologias ou méras teorias. Enquanto noções de direito internacional e dos princípios da administração pública são ministrados em poucas horas, setenta por cento do tempo de estudos é dedicado à prática de problemas relacionados com as futuras zonas de ocupação principal.

Estes problemas constam não sómente do estudo das leis, costumes, economia e psicologia de regiões agora em poder do adversário, mas, também, compreendem, especialmente, a preparação definitiva dos planos para ocupação dessas áreas. Por exemplo, se a ocupação de Hamburgo estiver prevista, o general comandante desta região, que, de resto, será o próprio governador militar, orientará sua ação por um plano e será auxiliado por oficiais formados nessa Escola, e que foram os próprios a preparar o referido plano. Além disso, não sómente o pessoal da alta administração estará especialmente preparado e de posse dos dados para o general comandante exercer seu governo em Hamburgo, como ainda o pessoal técnico e demais auxiliares também o estarão, na parte que lhes competir. Não se deve receiar que o exército interprete a necessidade militar de forma por demais ampla ou liberal, opondo-se, em consequência, à transição oportuna do controle militar ao civil.

O perigo, se realmente existe, está em seguir a direção oposta. O exército é um órgão constituído de elementos oriundos do meio civil. Há, por parte das forças armadas, um escrúpulo natural em não permanecer nessas funções, tanto mais quanto desejam regressar ao lar, o mais depressa possível.

O exército terá de se guardar contra um otimismo indevido, referente às condições do território inimigo, assim como contra uma ansiedade não recomendável, em afrouxar suas responsabilidades.

O exército é formado pelo povo e o povo confia nêle. Se um exército democrático não é digno de confiança, então a democracia pode considerar-se falida, pois uma democracia, tanto como uma autocracia, depende também do exército, neste mundo de guerras tão frequentes.